



Exmo. Presidente da Comissão de Ambiente e
Energia,

Senhor Deputado Tiago Brandão Rodrigues,

Assunto: Audição com carácter de urgência das entidades *infra* identificadas sobre a destruição das Alagoas Brancas em Lagoa, no Algarve.

A zona húmida das Alagoas Brancas é uma zona húmida de água doce, sazonal, localizada no concelho de Lagoa, dentro da área urbana da cidade que representa a área restante de uma antiga zona húmida mais vasta, que outrora deu o nome à cidade, e também ao concelho.

As Alagoas Brancas constituem uma das últimas zonas húmidas de água doce no Algarve, sendo, por tal, este ecossistema de importância singular para a região do ponto de vista dos seus valores naturais, e, para além de representar um elevado valor ambiental, constitui ainda um relevante valor histórico, cultural, paisagístico e identitário, integrando igualmente uma enorme diversidade de espécies de aves, sendo *habitat* para mais de 300 espécies de plantas e animais nativos, alguns dos quais protegidos por lei ou ameaçados de extinção.

Desde Fevereiro de 2017 que várias associações ambientalistas têm vindo a manifestar-se contra a construção de uma superfície comercial de grandes dimensões na zona das Alagoas Brancas, por representar a destruição de uma zona húmida de grande importância para a avifauna local e outras espécies com especial valor de conservação.

Contudo, ao arrepio dos valores ambientais legalmente consagrados, o executivo municipal de Lagoa autorizou um promotor imobiliário a proceder à construção de uma zona comercial em plena área abrangida pelas Alagoas Brancas, tendo-se iniciado, a 12 de Outubro de 2022, os trabalhos de terraplanagem e destruição da vegetação natural com vista à construção da referida zona comercial.

Assim, e apesar dos alertas da população e das Organizações Não-Governamentais de Ambiente, avançou-se com a destruição deste ecossistema, soterrando espécies ameaçadas de extinção e enterrando entulho, contra as normas vigentes em matéria de tratamento de resíduos e com risco de contaminação de recursos hídricos.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), auscultou a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), e considerou, em parecer emitido, a necessidade de o loteamento das Alagoas Brancas ser sujeito a uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), algo que a entidade licenciadora, a Câmara Municipal de Lagoa, não fez, avançando incompreensivelmente com a destruição das Alagoas Brancas, pondo em risco não só os valores naturais locais mas também a própria segurança da população face a cheias e enxurradas.

Esta ação tem sido profundamente contestada pelas organizações não-governamentais tais como a Associação Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, A Rocha Portugal, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade, Liga para a Proteção da Natureza (LPN), Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável e o Movimento Cívico “Salvar as Alagoas Brancas”. Face à importância singular da zona para a população e para a biodiversidade é premente ouvir as entidades e esclarecer os contornos desta situação de consequências irreversíveis.

Por tal, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Deputada Única do Pessoas-Animais-Natureza vem requerer que a Comissão de Ambiente e Energia delibere a realização de uma audição caráter de urgência das seguintes entidades:

- 1. Ministro do Ambiente e da Ação Climática;**
- 2. Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve);**

E ainda, que sejam convidadas as seguintes entidades:

- 1. Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Dr. Luís Encarnação;**



2. **As organizações não-governamentais Associação Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, A Rocha Portugal, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade, Liga para a Proteção da Natureza (LPN), Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável e Movimento Cívico “Salvar as Alagoas Brancas” a serem igualmente ouvidos sobre a presente matéria.**

Palácio de São Bento, 02 de novembro de 2022.

A Deputada,

Inês de Sousa Real